



Aspectos relevantes para a melhoria do processo de integração económica regional da SADC e do engajamento de Angola

Manuel Neto Costa

MNLTCST@GMAIL.COM

Sem vinculação institucional

n.º ORCID: 0009-0006-0910-4684

Resumo

O nível de integração alcançado até hoje pela SADC, sobretudo desde o estabelecimento da Zona de Comércio Livre em 2008, é reduzido, como atestam o índice de integração regional de apenas 0,337, em 2019, para um máximo de 1, um nível de comércio intra-regional de apenas 17,6%, em 2022, o preenchimento dos critérios de Convergência Macroeconómica nos últimos cinco anos por menos de metade dos Estados-membros e uma diferença entre o PIB *per capita* do Estado-Membro mais rico e do mais pobre de cerca de 32 vezes. Com o RISDP 2005–2020 tinham sido estabelecidos como marcos do processo de integração económica a Zona de Comércio Livre, em 2008, a União Aduaneira, em 2010, o Mercado Comum, em 2015, a União Monetária, em 2016, e a Moeda Única, em 2018. Isso posteriormente foi abandonado a favor da industrialização como factor de aprofundamento e de aceleração da integração do mercado, por se entender que as limitadas capacidades de produção e de comércio eficaz e competitivo, além da múltipla filiação a diferentes CER por alguns dos Estados-Membros, prejudicavam um maior progresso. O progresso na diversificação das economias dos Estados-Membros, incluindo a industrialização, entretanto, também continuou limitado, assim como não houve nenhuma decisão firme sobre a múltipla filiação dos Estados-Membros.

Então, na abordagem para a integração económica, a SADC deveria incluir o foco em instituições habilitantes do crescimento económico sustentado de cada Estado-Membro, assegurando a sua harmonização e natureza inclusiva, bem como as infra-estruturas regionais, para as quais deve buscar financiamento sobretudo via PPP, apoiadas por um fundo regional, além de de instituições financeiras multilaterais e do mercado. Deveria também avançar o mais rápido possível para a constituição do mercado comum — passando pela constituição da União Aduaneira (implicando decisão firme sobre as múltiplas filiações) e a garantia da livre circulação dos factores de produção — e estabelecer comércio externo com Estados extracomunitários tendencialmente livre. Os critérios de Convergência Macroeconómica deveriam ser relegados a favor da exigência de estabilidade macroeconómica dos Estados-Membros. Angola, tendo dos piores índices de integração, deveria aderir imediatamente à ZCL e ao RTGS, assim como desfiliar-se da CEEAC, sendo que as preocupações com a garantia da segurança deveriam ser tratadas no âmbito da SADC com os Estados fronteiriços da comunidade.

Palavras-chaves: SADC, integração económica regional, crescimento económico, comércio livre.

1. Introdução

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é uma das Comunidades Económicas Regionais (CER) de África, da qual Angola é um dos 16 Estados-Membros¹. Este artigo procura analisar, de modo crítico, as perspectivas que a SADC tem do processo de integração económica regional e os resultados alcançados até hoje. Então, com fundamento nas teorias dos modelos clássicos do crescimento económico, em determinantes plausíveis do crescimento económico sustentado e desenvolvimento, na abordagem teórica sobre a relevância do comércio livre e em evidências empíricas desses aspectos, sugere alguns aspectos relevantes susceptíveis de melhorar a abordagem do processo de integração económica pela SADC e, em particular, o engajamento que Angola, enquanto Estado-Membro, deve ter.

Depois desta introdução, na secção 2 discorre-se sobre a génese e o percurso da SADC; em seguida, na secção 3, apresentam-se as perspectivas do processo de integração económica assumidas pela organização e os resultados alcançados até hoje, relevando-se o quadro de Angola; na secção 4, faz-se uma apreciação crítica do processo de integração económica regional da SADC e dos resultados. Por fim, e em conclusão, na secção 5, tendo em atenção as implicações da discussão anterior, são apresentados os aspectos relevantes para a melhoria da abordagem pela SADC do processo e da postura esperada de Angola em relação à mesma, no âmbito dos seus objectivos do desenvolvimento nacional.

1 . A génese e o percurso da SADC

A SADC nasceu da até então Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), a qual havia sido estabelecida em 1980 em Lusaka, Zâmbia, numa promoção dos países da então designada “Linha da Frente” — Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e, depois, Zimbabwe —, com quatro objectivos principais, a saber: (i) redução da dependência dos Estados-Membros, sobretudo em relação à África do Sul do apartheid ; (ii) criação de laços para uma integração regional genuína e equitativa; (iii) mobilização dos recursos dos Estados-Membros para promover a execução das políticas nacionais, interestatais e regionais; e (iv) concertação das acções para assegurar a cooperação internacional no âmbito da estratégia de libertação económica. A Namíbia juntou-se à SADCC em 1990, após a sua independência nesse mesmo ano. Em 1992 formou-se, então, a SADC com Angola, Botswana, Eswatini, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A África do Sul veio a integrar a organização em 1994, após o fim do apartheid. Seguiram-se as Maurícias, em 1995, a República Democrática do Congo (RDC) e as Seicheles, em 1998, o Madagáscar, em 2005, e as Comores, em 2018. As Seicheles, entretanto, haviam-se retirado da organização em 2004, tendo depois retornado em 2008; já o Madagáscar havia sido suspenso em 2009, vindo depois esta suspensão a ser levantada em 2014.

O tratado da SADC é de 1992, mas em 2001 foram aprovadas emendas que levaram a uma reforma das suas instituições, as quais actualmente são: a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo; os Órgãos sobre Cooperação Política e questões de Defesa e Segurança; o Conselho de Ministros; o Secretariado Executivo; o Tribunal; a Troica; o Comité Permanente de Oficiais; e os Comités Nacionais da SADC. A reforma incluiu, também, o estabelecimento do Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento Estratégico (RISDP), que, ao lado do Plano Indicativo Estratégico para o Órgão sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança (SIPO), passou a constituir os principais documentos informadores da agenda comum dos Estados-Membros, contendo as políticas e as estratégias da SADC e cuja operacionalização é feita por meio de protocolos. Até à data existiam 33 protocolos assinados, dos quais 25 entraram em vigor após a sua ratificação por 2/3 dos Estados-Membros.

Os principais objectivos declarados da SADC são: “alcançar o desenvolvimento económico, a paz e a segurança, o crescimento, aliviar a pobreza, melhorar o nível e a qualidade de vida dos povos da África

¹ Os restantes são África do Sul, Botswana, Comores, Congo Democrático, Eswatini, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos [...] por meio de uma maior integração regional, assente em princípios democráticos e de um desenvolvimento equitativo e sustentável.”

Em 2004 foi adoptado o SIPO I, o qual teria um horizonte temporal de cinco anos, tendo o mesmo sido, entretanto, revisto em 2010, adoptando-se uma nova versão — o SIPO II. Quanto ao RISDP, uma primeira versão cobria o horizonte de 2005–2020, o qual foi, contudo, revisto, tendo dado lugar ao RISDP 2015–2020. Já em 2020 foi adoptado o RISDP 2020–2030, na sequência da adopção da Visão da SADC 2050, que é “ter, até 2050, uma região industrializada pacífica, inclusiva, competitiva, de médio a alto rendimento, onde todos os cidadãos possam desfrutar o bem-estar económico, justiça e liberdade sustentáveis” (SADC, 2020:1).

No RISDP 2005–2020 haviam sido estabelecidos os seguintes marcos para a integração económica regional: implantação da Zona de Comércio Livre (ZCL), até 2008, implementação da União Aduaneira, até 2010; estabelecimento do Mercado Comum, até 2015; estabelecimento da União Monetária, até 2016; e lançamento da Moeda Regional, até 2018. Adicionalmente, considerou-se a integração da SADC na economia global e a diversificação da estrutura de produção e das exportações, ambos até 2015. Como pilares, haviam sido eleitos: liberalização comercial e económica; desenvolvimento de infra-estruturas e serviços regionais para a integração; segurança alimentar sustentável; desenvolvimento humano e social; e questões transversais, nomeadamente género e desenvolvimento, VIH e SIDA, ciência e tecnologia, ambiente e desenvolvimento sustentável, sector privado e estatísticas.

Na versão RISDP revista — o RISDP 2015–2020 —, deixou de se fazer referência aos marcos de integração económica, sendo relevado que a SADC alcançou o estatuto de Zona de Comércio Livre (ZCL) em 2008 mas entendeu prosseguir uma abordagem para a integração centrada na cooperação sectorial, na industrialização e no desenvolvimento de infra-estruturas, abandonando assim a perspectiva dos marcos (SADC, 2019). Por isso, a liberalização económica e comercial foi excluída como pilar, passando estes a serem constituídos por: desenvolvimento industrial e integração de mercado; desenvolvimento das infraestruturas; desenvolvimento do capital humano e social; paz e segurança; e questões transversais, designadamente género, juventude e alterações climáticas.

A perspectiva da abordagem dos pilares no RISDP 2020–2030, enquanto instrumento para a concretização da Agenda 2050 da SADC, foi aprimorada. Assim, consideraram-se três pilares — desenvolvimento industrial e integração do mercado (integrando: o desenvolvimento industrial sustentável, a competitividade da produção e capacidade de oferta; livre circulação de bens e serviços; a convergência macroeconómica orientada para a estabilidade, o aumento da integração financeira e a cooperação monetária; investimento intra-regional, investimento directo estrangeiro; e integração regional aprofundada), desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à integração regional (com rede integrada de infra-estruturas e infra-estruturas de qualidade) e desenvolvimento do capital humano e social, assim como questões transversais (género, juventude, ambiente e alterações climáticas e gestão de riscos de desastres), tendo tudo como fundações a paz, a segurança e a boa governação. Portanto, as questões da paz e segurança antes tratadas no SIPO foram integradas no RISDP, deixando assim o SIPO de existir.

Em 2011 a SADC assinou com o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade da África Oriental (EAC) um Memorando de Entendimento para o estabelecimento de uma Zona de Comércio Tripartida (ZCLT). O acordo tripartido veio depois a ser assinado em Junho de 2015, tendo entrado em vigor a 25 de Julho de 2024, depois que se completou o número mínimo exigível de 14 Estados-Membros com ratificação entre um total de 26, na sequência do depósito por Angola do instrumento de ratificação a 25 de Junho de 2024. Entretanto, entre os Estados-membros da SADC, apenas dez o têm ratificado.

É de assinalar, contudo, que 11 dos 16 Estados-Membros da SADC estão filiados também em outras Comunidades Económicas Regionais (CER), a saber: no COMESA, Comores, R. D. Congo, Eswatini, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Seicheles, Zâmbia e Zimbabwe; na EAC, R. D. Congo e Tanzânia; e, na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Angola e R. D. Congo.

2 As perspectivas da SADC do processo de integração económica da região e os resultados alcançados

3.1. As perspectivas do processo de integração económica da região

Para a realização dos objectivos de desenvolvimento sócio-económicos da comunidade, melhoria da qualidade de vida das populações da sub-região e erradicação da pobreza, a SADC toma a integração económica regional, assente em princípios democráticos, como um meio. Tal integração económica regional se consubstanciará no estabelecimento de uma União Económica e Monetária (UEM), cujo processo de constituição contempla a ZCL, a União Aduaneira, o Mercado Comum, a União Monetária e a Moeda Única. Após o estabelecimento da ZCL em 2008, com o preenchimento das condições mínimas para o efeito — tarifa zero em 85% dos produtos — e cuja liberalização máxima viria a ocorrer em 2012, a SADC avaliou posteriormente que os progressos moderados registados no processo de integração eram consequência das limitadas capacidades de produção e de comércio eficaz e competitivo, além de ter identificado o problema da filiação a mais de uma Comunidade Económica Regional por 11 Estados-Membros como prejudicando o progresso no estabelecimento da União Aduaneira (SADC, 2017). Daí que a abordagem estratégica que passou a ser reflectida no RISDP é a de, no longo prazo, alcançar-se uma transformação económica sustentável pelo aumento da capacidade de produção, da competitividade e da capacidade comercial da região, sendo que no curto e médio prazo a prioridade seria a aceleração da industrialização, traduzida na promoção de cadeias de valor regionais e no aumento da agregação de valor em sectores prioritários seleccionados, designadamente o agrogénio, a beneficiação de minerais e os produtos farmacêuticos (SADC, 2020:2). O mais recente RISDP 2020–2030 reitera a necessidade do foco na industrialização como factor potenciador da integração económica, pelo que, tomando em conta a Visão da SADC 2050 de ser “uma região industrializada pacífica, inclusiva, competitiva, de média a alta renda, onde todos os cidadãos desfrutam de bem-estar económico sustentável, justiça e liberdade”, elege como prioridade os três pilares de tal visão, nomeadamente: (i) o desenvolvimento industrial e integração de mercado, (ii) o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à integração regional e (iii) o desenvolvimento do capital social e humano. Agregam-se aos pilares as questões transversais de género, ambiente e alterações climáticas e gestão de riscos de desastres, tudo tendo como fundações a paz, a segurança e a boa governação. Não há, por isso, qualquer referência a prazos para o alcance dos marcos da União Aduaneira, Mercado Comum, a União Monetária e a Moeda Comum.

Por outro lado, foi estabelecido um entendimento sobre Convergência Macroeconómica, com base num Memorando de Entendimento assinado em 2002, que veio a ser anexado ao Protocolo sobre Finanças e Investimentos de 2006, enquanto elemento para o reforço da agenda de integração e cujo objectivo é promover a estabilidade e o crescimento económico.² Assim foram definidos os seguintes critérios de convergência macroeconómica: taxa de inflação acumulada anual de até 3%, em 2018; défice orçamental de 3% do PIB, com variação admissível numa banda de 1% do PIB; *stock* da dívida pública não superior a 60% do PIB; défice da Conta Corrente da Balança de Pagamentos inferior a 9% do PIB; reservas cambiais mínimas equivalentes a uma cobertura de 6 meses de importação de bens e serviços não factoriais; e taxa de crescimento real anual do PIB de pelo menos 7% (Zyuulu, 2009 e Rossouw, 2006, citados por Kumo, 2011).

3.2. Os resultados alcançados

Avaliada a partir do ano de 2008, altura em que se estabeleceu a ZCL, a realidade da integração económica regional da SADC mostra que terá havido pouco progresso no processo: não terá havido alterações substanciais nos índices de integração económica, incluindo o do comércio intra-regional; não houve um visível processo de *catching up* das economias mais pobres em relação às mais ricas,

² SADC *Macroeconomic Policy Convergence*, <https://archive.uneca.org/oria/pages/sadc-macroeconomic-policy-convergence> (consultado a 19.08.2024).

conforme dado a perceber pelos níveis respectivos do PIB *per capita*; a aceleração da industrialização, como meio de aceleração da integração é notória; e a convergência macroecômica revela-se distante.

Tabela 1: Índices de integração regional da SADC, 2019

País	Pontuação Global e		Pontuação e Classificação por Domínios									
	Integração	Posição	Integração	Posição	Integração	Posição	Integração	Posição	Integração	Posição	Livre	Posição
	Regional		Comercial		Produtiva		Macroeconómica		Infraestrutural		Circulação de Pessoas	
África do Sul	0,667	1	0,542	4	0,993	1	0,630	4	0,893	1	0,224	13
Moçambique	0,422	2	0,348	8	0,245	7	0,656	3	0,110	8	0,797	2
Zimbabwe	0,395	3	0,393	7	0,279	5	0,414	7	0,234	4	0,683	3
Maurícias	0,372	4	0,240	10	0,120	10	0,720	1	0,446	3	0,344	12
Seicheles	0,352	5	0,238	11	0,068	15	0,327	11	0,512	2	0,616	6
Namibia	0,342	6	0,586	1	0,355	3	0,365	10	0,200	7	0,224	13
Comoros	0,338	7	0,012	16	0,086	13	0,527	5	0,105	11	1,000	1
Zambia	0,328	8	0,411	6	0,404	2	0,226	14	0,219	6	0,390	10
Botswana	0,326	9	0,478	5	0,334	4	0,387	8	0,223	5	0,224	13
Lesotho	0,303	10	0,569	3	0,063	16	0,323	12	0,050	14	0,561	7
Malawi	0,299	11	0,278	9	0,119	11	0,365	9	0,109	9	0,656	4
Tanzânia	0,293	12	0,200	13	0,146	9	0,701	2	0,066	13	0,390	10
Madagascar	0,286	13	0,214	12	0,082	14	0,496	6	0,039	15	0,638	5
Eswatini	0,253	14	0,585	2	0,093	12	0,302	13	0,096	12	0,224	13
Angola	0,226	15	0,197	14	0,278	6	0,093	16	0,107	10	0,461	8
R.D. Congo	0,188	16	0,156	15	0,155	8	0,223	15	0,021	16	0,407	9
Média	0,337		0,340		0,239		0,422		0,214		0,490	
Desvio padrão	0,103		0,170		0,223		0,178		0,221		0,223	

Fonte: Africa Regional Integration Index 2019, African Development Bank, African Union Commission, Secretariat of the United Nations Economic Commission for Africa, 2020.

O *Africa Regional Integration Index 2019*³ indicava, para 2019, um índice de integração da comunidade de apenas 0,337, para um máximo de 1 (cf. a Tabela 1), enquanto o comércio intra-regional passou dos modestos 16,2%, em 2008 — altura em que se estabeleceu a ZCL —, para apenas 17,6%, em 2022 (SADC, 2022) (cf. a Tabela 2). Enquanto isso, para o ano de 2022, os dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento mostravam que o comércio intra-regional, em termos de exportações, era de 68,4%, na Europa, 58,5%, na Ásia, 30,6%, na América Latina, 13,7%, em África, e 4,3%, na Oceânia, o que revela que África está entre as regiões do mundo menos integradas.

³ *Africa Regional Integration Index 2019*, African Development Bank, African Union Commission, Secretariat of the United Nations Economic Commission for Africa, 2020.

Tabela 2: Comércio Intra-regional da SADC e por Estado-Membro, 2008–2022 (%)

N. O.	Estado-Membro	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (2021-2008)	Observação
1	Eswatini	86,4	75,6	79,5	78,1	79,6	78,1	77,1	77,5	78,8	83,8	82,8	82,1	80,4	83,0	82,8	-3,6	SACU, CMA
2	Lesotho	68,9	76,6	78,6	79,9	77,2	78,1	61,7	65,4	71,3	68,0	66,7	63,6	60,8	67,5	72,7	3,8	SACU, CMA
3	Zimbabwe	69,1	78,9	57,2	68,0	62,7	65,4	59,6	59,4	62,3	60,0	54,6	53,5	61,9	55,8	50,4	-18,6	
4	Namibia	55,3	61,0	57,7	60,4	57,6	60,8	53,5	62,9	59,7	53,3	52,8	50,3	45,7	46,3	42,7	-12,6	SACU, CMA
5	Botswana	59,3	54,3	49,5	46,4	47,9	53,2	50,1	56,3	49,8	41,7	42,9	44,5	47,0	38,3	42,3	-17,0	SACU
6	Zambia	39,1	39,6	38,0	37,5	40,5	39,9	40,1	37,4	39,2	34,7	34,9	32,4	28,1	26,7	30,7	-8,4	
7	Malawi	26,9	27,9	21,5	19,8	19,3	36,3	36,6	31,6	30,7	25,3	25,7	24,1	29,8	26,2	24,6	-2,2	
8	R.D. Congp	24,6	22,9	36,6	25,8	52,0	53,1	59,2	22,5	22,5	22,5	22,6	28,1	29,2	24,5	23,3	-1,3	
9	Moçambique	31,6	34,5	50,5	31,2	28,5	33,1	31,8	30,1	31,3	27,4	26,6	28,3	32,2	27,6	18,8	-12,8	
10	África do Sul	12,9	13,4	13,9	13,0	14,5	14,4	14,7	14,3	15,8	15,2	14,9	14,7	13,8	13,2	14,1	1,3	SACU, CMA
11	Maurícias	9,8	10,7	10,6	10,7	10,9	10,3	10,2	12,0	12,9	13,4	13,2	12,6	12,4	13,0	13,6	3,8	
12	Tanzania	14,5	12,3	13,5	18,1	24,6	21,1	10,6	5,9	12,6	18,6	13,4	14,0	13,7	11,1	9,9	-4,6	
13	Seicheles	7,2	9,4	7,5	7,5	6,1	4,7	4,8	10,0	8,0	5,8	6,2	6,6	7,9	9,7	9,8	2,6	
14	Madagascar	7,5	8,7	9,3	8,5	8,2	8,3	7,7	7,9	8,2	7,7	9,2	8,8	8,3	9,3	8,0	0,5	
15	Comoros	n.d.	8,2	13,5	8,4	10,1	15,3	13,1	10,1	8,9	6,7	8,0	8,7	8,7	6,5	7,6	-0,6	
16	Angola	4,6	5,9	3,8	3,3	5,0	3,4	4,0	4,7	5,4	4,7	3,6	2,3	2,5	3,4	2,3	-2,3	
	SADC	16,2	19,0	18,7	18,0	20,0	20,9	20,9	19,4	21,6	19,8	19,3	19,0	20,1	18,5	17,6	1,4	

Fonte: SADC Macroeconomic Statistical Yearbook 2022.

Os Estados-Membros com as taxas mais elevadas de comércio intra-regional eram os pertencentes à União Aduaneira da África Austral (SACU)⁴ e da Área Monetária Comum (CMA)⁵ — com exceção da África do Sul —, mais o Zimbabwe. O nível relativamente baixo de integração da África do Sul decorrerá tanto do tamanho da sua economia — que é mais de 3,5 vezes maior do que a segunda maior, mais do que 326 vezes do que a menor e mais do que 10 vezes a do conjunto dos países da SACU — como do seu desenvolvimento relativamente superior aos restantes países da região, que o remeterá para a busca de trocas comerciais com economias mais desenvolvidas; já no caso do Zimbabwe, decorrerá das relações históricas, sobretudo económicas, estabelecidas ao longo do domínio dos regimes minoritários brancos no Zimbabwe (então Rodésia do Sul) e na África do Sul do *apartheid*.

A economia da SADC equivalia, em 2022, conforme os dados que constam na Tabela 3, a mais de 840 mil milhões de dólares americanos, o que representava cerca de 29,4% da economia de África, esta calculada em perto de 2,86 bilhões de dólares americanos e representando apenas um pouco mais de 2,7% da economia mundial⁶. A África do Sul era a maior economia da comunidade, com um peso de 48,1%, seguindo-se-lhe Angola, com 13,7%, mas cerca de 3,5 vezes menor que a da África do Sul. A menor economia era a das Comores, com um peso de apenas cerca de 0,1% da economia da comunidade, sendo o fosso em relação à economia sul-africana de um pouco mais de 326 vezes. Comparativamente ao ano de 2008, altura em que se estabeleceu a ZCL, praticamente não houve alteração da posição das cinco menores economias e das cinco maiores, excepto, neste último caso, para a troca de posições entre a Tanzânia e a R. D. Congo na 3.^a posição. A alteração digna de realce é a do Zimbabwe, que subiu cinco posições, da 11.^a para a 6.^a. O fosso entre a maior e a menor economia, entretanto, aumentou um pouco mais de 30 vezes.

⁴ *Southern Africa Customs Union* (África do Sul, Botswana, Eswatini, Lesotho e Namíbia).

⁵ *Common Monetary Area* (África do Sul, Eswatini, Lesotho e Namíbia).

⁶ Conforme dados do FMI.

Tabela 3: PIB dos Estados-Membros da SADC, 2008 e 2022

N. O.	Estado-Membro	2008			2022			Variação da posição			
		Milhões USD	Peso (%)	Posição	Milhões USD	Peso (%)	Posição	Milhões USD	%	Peso (p.p.)	Posição
1	África do Sul	287.100	56,5%	1	404.817	48,1%	1	117.717	41,0%	-8,34	=
2	Angola	88.539	17,4%	2	115.077	13,7%	2	26.538	30,0%	-3,73	=
3	R.D. Congo	19.143	3,8%	4	86.111	10,2%	3	66.968	349,8%	6,48	+1
4	Tanzania	27.389	5,4%	3	73.560	8,7%	4	46.172	168,6%	3,36	-1
5	Zambia	17.896	3,5%	5	29.831	3,5%	5	11.935	66,7%	0,03	=
6	Zimbabwe	6.451	1,3%	11	29.352	3,5%	6	22.901	355,0%	2,22	+5
7	Botswana	10.945	2,2%	7	20.309	2,4%	7	9.364	85,6%	0,26	=
8	Moçambique	11.555	2,3%	6	18.407	2,2%	8	6.852	59,3%	-0,08	-2
9	Madagascar	9.413	1,9%	9	15.484	1,8%	9	6.071	64,5%	-0,01	=
10	Maurícias	9.984	2,0%	8	12.845	1,5%	10	2.861	28,7%	-0,44	-2
11	Namíbia	8.346	1,6%	10	12.607	1,5%	11	4.261	51,1%	-0,14	-1
12	Malawi	5.322	1,0%	12	12.454	1,5%	12	7.132	134,0%	0,43	=
13	Eswatini	3.337	0,7%	13	4.786	0,6%	13	1.449	43,4%	-0,09	=
14	Lesotho	1.867	0,4%	14	2.223	0,3%	14	356	19,1%	-0,10	=
15	Seicheles	969	0,2%	15	1.702	0,2%	15	733	75,6%	0,01	=
16	Comoros	n.d.	n.d.	n.d.	1.240	0,1%	16	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
SADC		508.256	100,0%		840.805	100,0%		332.549	65,4%	0,00	

n.d. = não disponível

n.a. = não aplicável.

Fonte: SADC Macroeconomic Statistical Yearbook 2022

Por seu turno, no que ao PIB *per capita* diz respeito (cf. a Tabela 4), os dados, também de 2022, mostram igualmente uma significativa disparidade da riqueza entre os Estados-Membros da SADC, embora muito menor quando comparada com a do PIB total. Assim, para uma média da comunidade de USD 2.160, as Seicheles apresentaram-se como a economia mais rica, com um PIB *per capita* equivalente a cerca de USD 17.021, o qual corresponde a cerca de 32 vezes o PIB *per capita* da economia mais pobre da comunidade, que era a do Madagáscar, com apenas USD 533. As Maurícias vinham na segunda posição, com USD 10.178, e o Botswana — imediatamente à frente da África do Sul (USD 6.680) —, com USD 8.304, na terceira. Angola posicionava-se no 7.º lugar, com 3.478. Quando comparado com o ano de 2008, nota-se que o fosso entre a economia mais rica e a mais pobre — que na altura era de um pouco mais de 35 vezes — diminuiu apenas cerca de 3 vezes —, o que terá sido consequência de um crescimento real médio anual do conjunto da economia da SADC de apenas 2,5% — e o facto de só Angola ter registado uma redução do seu PIB *per capita* nominal em 15,7%, valendo-lhe a perda de duas posições da 5.ª que ocupava. Entretanto, Moçambique (4), Madagáscar (3) e Lesotho (3) são dos países que mais posições perderam, enquanto o Zimbabwe (4) foi o que mais ganhou, à frente da R. D. Congo (2).

Tabela 4: PIB *per capita* dos Estados-Membros da SADC, 2008 e 2022

N. O.	Estado-Membro	2008		2022		Variação da posição		
		USD	Posição	USD	Posição	USD	%	Posição
1	Seicheles	11.405	1	17.021	1	5.616	49,2%	=
2	Maurícias	8.026	2	10.178	2	2.152	26,8%	=
3	Botswana	5.716	4	8.304	3	2.588	45,3%	+1
4	África do Sul	5.793	3	6.680	4	886	15,3%	-1
5	Namíbia	4.042	6	4.856	5	815	20,2%	+1
6	Eswatini	3.233	7	4.076	6	843	26,1%	+1
7	Angola	4.127	5	3.478	7	-649	-15,7%	-2
8	Zimbabwe	532	12	1.934	8	1.402	263,4%	+4
9	Zâmbia	1.456	8	1.521	9	65	4,5%	-1
10	Comoros	n.d.	n.d.	1.457	10	n.a.	n.a.	n.a.
11	Tanzânia	673	10	1.191	11	518	76,9%	-1
12	Lesoto	991	9	1.063	12	72	7,3%	-3
13	R.D. Congo	325	15	793	13	468	143,7%	+2
14	Malawi	407	14	644	14	237	58,1%	=
15	Moçambique	545	11	582	15	37	6,9%	-4
16	Madagascar	494	13	533	16	40	8,0%	-3
SADC		1.982		2.160		178	9,0%	n.d.

Fonte: SADC Macroeconomic Statistical Yearbook 2022

Entre os anos de 2012 e 2022, a estrutura da economia da SADC pouco se alterou, de tal modo que a Indústria Transformadora — não obstante a pretensão de se acelerar a industrialização referida na RISDP Revisto 2015–2020 –, com um crescimento real médio anual de cerca de 1,2%, manteve a sua contribuição em torno do 11%, continuando os pesos maiores a ser os dos Serviços (sobretudo os Comerciais) e da Indústria Mineira (cf. a Tabela 5).

Tabela 5: Composição sectorial do PIB da SADC, 2012 e 2022

Sector	SADC			
	Composição			Taxa de crescimento real média
	2012	2022	Variação	
Agricultura, caça, silvicultura e pescas	6,7	8,4	1,7	4,0
Indústrias extractivas	13,6	16,2	2,7	1,7
Indústria transformadora	11,7	11,2	-0,5	1,2
Electricidade, gás e abastecimento de água	2,0	2,2	0,2	0,2
Construção	5,7	4,9	-0,9	n.d.
Comércio a grosso e retalho, transporte e	19,9	20,6	0,8	n.d.
Comunicações	3,1	2,3	-0,7	n.d.
Intermediação financeira	5,4	5,4	0,0	n.d.
Imobiliário	12,2	10,9	-1,3	n.d.
Administração pública, defesa e segurança social, educ	18,5	16,4	-2,1	n.d.
Outros serviços	1,2	1,3	0,2	n.d.
PIB	100,0	100,0	-	2,2

Fonte: SADC Macroeconomic Statistical Yearbook 2022

No que diz respeito à Convergência Macroeconómica, nota-se que mais países cumpriam os critérios na fase mais relaxada dos limites, que correspondeu ao período de 2008 a 2011, sobretudo no que respeita ao Saldo Orçamental (14), ao *Stock* da Dívida Pública (10), ao Saldo da Conta Corrente (10) e às Reservas Cambiais (10). Conforme se foi entrando para as fases mais exigentes (entre 2012 e 2017 e a partir de 2018, sobretudo), o número de países foi-se reduzindo, quase sistematicamente, com excepção dos critérios do Saldo da Conta Corrente e do *Stock* da Dívida Pública, em que o número de Estados-Membros que os preenchiam só veio a baixar para menos de metade a partir dos anos de 2019 e 2022, respectivamente (cf. a Tabela 5).

Tabela 6: Número de Estados-Membros que preenchem os critérios de Convergência Macroeconómica, 2008 a 2022

Indicador	Inflação acumulada anual	Saldo orçamental (% do PIB)	Stock da dívida pública (% do PIB)	Saldo da conta corrente (% do PIB)	Reservas cambiais (meses de importação)	Taxa de crescimento real anual do PIB (%)
Critério	Máxima	Défice máximo	Máximo	Défice máximo	Mínimo	Mínima
Limites a partir do ano indicado	2008: 10%	2008: 5%	2008: 60%	2008: 9%	2008: 3	2008: 7
	2012: 5%	2012: 3%		2018: 3%	2012: 6	
	2018: 3%	(banda de 1%)				
2008	2	14	10	10	10	4
2009	11	13	11	9	11	3
2010	10	12	11	11	12	4
2011	13	11	15	10	12	4
2012	6	12	15	10	6	5
2013	9	11	15	10	5	2
2014	10	10	15	9	5	2
2015	8	8	14	11	7	1
2016	5	7	14	12	7	1
2017	8	10	13	13	7	0
2018	2	7	13	9	6	0
2019	5	9	13	8	6	0
2020	4	5	11	9	10	0
2021	0	5	10	8	8	3
2022	1	6	8	8	5	2

Fonte: SADC Macroeconomic Statistical Yearbook 2022.

Não obstante terem sido estabelecidos como marcos do processo de integração a Zona de Comércio Livre (ZCL), em 2008, a União Aduaneira (UA), em 2010, o Mercado Comum (MC), em 2015, a União Monetária (UM), em 2016, e a Moeda Única, em 2018, além da integração da SADC na economia global por meio do reforço da sua competitividade económica e da diversificação da estrutura de produção e das exportações até 2015, a SADC apenas estabeleceu a ZCL em 2008 e lançou, em 2013, o Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real da SADC (SADC-RTGS), uma plataforma operada pelo Banco de Reserva da África do Sul (SARB) para pagamentos e liquidações em Rands da África do Sul pelos bancos centrais e comerciais dos Estados-Membros fora dos respectivos países. E tem em implementação a integração das restantes moedas da SADC e do dólar americano no RTGS e o desenvolvimento do Sistema de Transferência de Compensação Imediata (TCIB) para baixos valores. Por outro lado, no final de 2020 apenas sete Estados-Membros tinham aplicado o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas (SADC, 2020:2).

3.3.A situação de Angola

Com um índice global de 0,226, para um máximo de 1, Angola apresentava-se, em 2019, como um dos dois Estados-Membros da SADC menos integrados, ocupando a 15.^a posição, à frente apenas da RDC, na 16.^a, conforme os índices de integração africana publicados conjuntamente pelo Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão da União Africana e a Comissão Económica para África da Nações Unidas (cf. a Tabela 1). Em domínios específicos, Angola era o pior em Integração Macroeconómica, o antepenúltimo em Integração Comercial, o 10.^o em Integração de Infra-estruturas, o 8.^o em Livre Circulação de Pessoas e o 6.^o em Integração Produtiva.

No que respeita ao Comércio Intra-regional, conforme mostra a Tabela 2, o índice de Angola reduziu-se para metade entre 2008, quando foi de 4,6%, e 2022, em que registou apenas 2,3%.

Tabela 7: Composição sectorial do PIB de Angola, 2012 e 2022

Sector	Angola			
	Composição (%)			Taxa de crescimento real
	2012	2022	Variação (p.p.)	
Agricultura, caça, silvicultura e pescas	5,9	13,6	7,7	5,4
Indústrias extractivas	40,1	30,6	-9,5	-1,5
Indústria transformadora	4,6	7,4	2,8	3,1
Electricidade, gás e abastecimento de água	0,4	0,7	0,3	6,7
Construção	10,3	6,1	-4,3	2,2
Comércio a grosso e retalho, transporte e armazenagem, serviços	18,1	26,7	8,6	4,8
Comunicações	2,2	0,6	-1,7	1,2
Intermediação financeira	1,7	1,7	0,0	-1,9
Imobiliário	5,8	7,7	1,9	3,2
Administração pública, defesa e segurança social, educação, saúde	10,7	4,8	-5,9	0,5
Outros serviços	0,0	0,0	0,0	0,7
PIB	100,0	100,0	-	1,2

Embora a economia angolana se tenha mantido consistentemente, entre 2008 e 2022, como a segunda economia da região (cf. a Tabela 3), com alguma aproximação da R. D. Congo nos anos de 2020 e 2021, o *catching up* das economias mais ricas, conforme medido pelo PIB *per capita*, tem-se mostrado como um desafio para o país. Assim é que, se em 2008 o país ocupava a 5.^a posição em termos do PIB *per*

capita, em 2022 recuou duas posições, sendo a única economia cujo valor nominal do seu PIB *per capita* se reduziu, ao passar de USD 4.127 para USD 3.478 (cf. a Tabela 4).

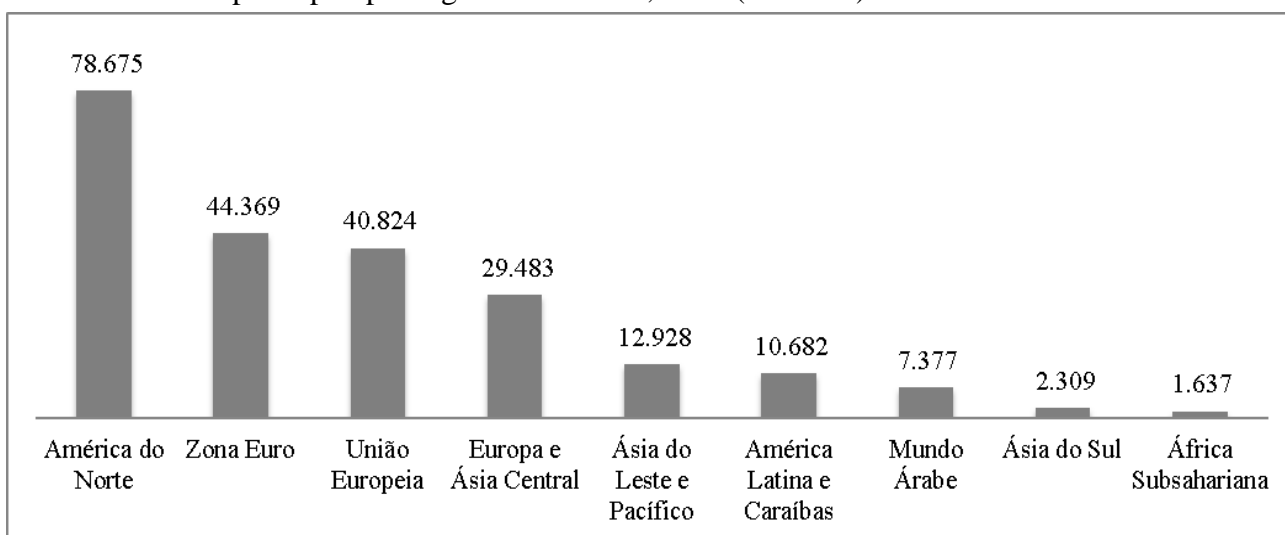
O processo de transformação estrutural da economia angolana mostra-se lento, de tal modo que a diversificação é pouco perceptível. Isso porque o crescimento da Indústria Transformadora e da Agricultura são ainda insuficientes em face do recuo que as Indústrias Extractivas — sobretudo o subsector de Hidrocarbonetos — vêm apresentando (cf. a Tabela 7). Por outro lado, é de notar que entre 2012 e 2022 o PIB Total do país registou um crescimento real médio anual de apenas 1,2%, quando a taxa de crescimento médio anual da população foi superior a 3%, o que justifica que o país não esteja a fazer o *catching up* das economias mais ricas da região.

Em relação aos critérios de Convergência Macroeconómica, em 2022 Angola preenchia apenas metade dos seis. Por outro lado, não era ainda parte da ZCL nem do RTGS, além de que pertencia também ainda à Comunidade Económica dos Estados da África Central.

4. Apreciação crítica do processo e dos resultados da integração económica da SADC

De um modo geral, a África Subsariana continua a ser das regiões mais pobres e menos desenvolvidas do mundo, como atesta o Gráfico 1, que apresenta o PIB *per capita* de 2023 pelas regiões do mundo.

Gráfico nº.1: PIB per capita por regiões do mundo, 2023 (em USD)



Fonte: <https://www.statista.com/statistics/256413/gross-domestic-product-per-capita-in-selected-global-regions/> (Com dados do Banco Mundial)

Numa apreciação feita sobre o percurso económico de várias regiões e países do mundo, com destaque para o continente africano, tendo como base discussões na literatura económica sobre os principais factores que constituem determinantes plausíveis do crescimento económico, do desenvolvimento e da prosperidade das nações, Neto Costa (2022) assume que tais factores sejam: 1. Político-institucionais: (a) estabilidade política; (b) existência de Instituições Políticas e Económicas Inclusivas (consubstanciada em: (i) o primado da lei, (ii) a separação de poderes e o funcionamento de mecanismos de *checks and balances*⁷, (iii) a garantia dos direitos políticos e civis, (iv) a garantia dos direitos de propriedade, (v) a existência de uma imprensa livre, (vi) a liberdade Económica e (vii) uma administração pública eficiente, eficaz e não corrupta); 2. Estruturais, de política económica e económicos: (a) capital humano; (b) infra-estruturas; (c) estabilidade macroeconómica; (d) adequação das políticas económicas; e (e) investimento privado. E adianta que a presença dos factores estruturais, de política económica e económicos é condicionada pela existência dos factores político-institucionais,

⁷ Freios e contrapesos.

de tal modo a falta de estabilidade política e a existência de instituições de natureza extractiva na maior parte dos países da África Subsariana tem condicionado, em última instância, o seu desenvolvimento.

A existência de instituições de natureza extractiva é situada em termos históricos nos processos e tipos de colonização, conforme as perspectivas de Acemoglu *et al.* (2004), dos quais resultaram modos diferentes de estabelecimento da independência, segundo Pimenta (2017). Os primeiros consideraram terem resultado do colonialismo europeu instituições económicas extractivas nas colónias que ofereciam recursos susceptíveis de extracção, como a população (passível de exploração como mão de obra e com contribuinte), os minerais ou produtos de plantações. Isso porque, nesses casos, a colonização não estabeleceria instituições que proovessem direitos civis e económicos à maioria da população. E foi o caso na maioria dos territórios da África Subsariana. O segundo entende que, para esse caso, sendo o colonialismo de povoamento, em alguns territórios os colonos absorveram ou eliminaram parcial ou totalmente as populações indígenas, face à sua força demográfica, económica, política e militar e, conseqüentemente, estabeleceram a independência em seu benefício, transformando a sociedade colonial em Estado independente; noutros, os colonos não conseguiram absorver ou eliminar as populações indígenas, embora estas tenham permanecido em condição de subalternidade económica, social, cultural e política em relação aos colonos, vindo a independência a ser estabelecida pelos colonizados e dando-se a evacuação dos colonizadores; e há ainda, por fim, o caso em que os colonos também não tenham conseguido absorver ou eliminar as populações indígenas, criando para si um Estado independente do Estado metropolitano e, conseqüentemente, sem a emancipação económica e social das populações indígenas, de modo que a independência global veio a ser estabelecida na base da negociação e reconciliação entre colonos e colonizados, sendo que os colonos haviam estabelecido para si instituições inclusivas. Este será o caso da África do Sul e da Namíbia e foi, até certo ponto, o caso do Zimbábwe.

Por outro lado, ao passar em revista pelos modelos de Harrod-Domar (1948–1957), Solow (1956) e Romer (1990), Neto Costa (1997) conclui que a teoria económica clássica sobre o crescimento económico sugere que: (i) a poupança é importante, pois, enquanto fonte de financiamento, níveis elevados de poupança proveem a economia com um alto potencial de investimento; (ii) a inovação tecnológica é, virtualmente, o mais importante factor de crescimento e tem como fonte o processo de pesquisa e desenvolvimento, para o qual a tecnologia disponível e o capital humano são factores cruciais, pois, com incentivos adequados providos pelo mercado e pelas políticas públicas, os indivíduos tenderão a responder com a inovação tecnológica, contanto que o capital humano disponível não seja demasiado baixo, caso em que a inovação tecnológica tenderá a não acontecer; e (iii) taxas de juro baixas constituem um incentivo para iniciativas criativas na pesquisa e desenvolvimento.

No que se refere ao comércio internacional, como discutido no Apêndice I, sob o comércio livre, o equilíbrio geral da economia é um “ótimo de Pareto”, de modo que medidas que introduzam distorções no comércio internacional serão sempre sub-ótimas, por isso é desejável que, quando tenham de ser introduzidas se opte por aquelas que causem o mínimo de distorções, o que passa por afectar directamente as variáveis objecto restrição.

No Apêndice II, por seu turno, sustenta-se a necessidade de se assegurar que a dívida pública permaneça sustentável, o que pressupõe que o défice fiscal real em percentagem do PIB não ultrapasse a taxa de crescimento real do produto. Isso porque, de contrário, representará uma ameaça para políticas fiscal e monetária sólidas, por pressionar o aumento dos impostos e a eventual criação de moeda para suportar o crescente serviço da dívida que tal implicaria. E como consequência disso, a capacidade de a economia gerar riqueza reduz-se pelo efeito *crowding out* do investimento privado e da maior probabilidade de evasão fiscal, além da susceptibilidade do aumento das taxas de juro que também impacta negativamente sobre os investimentos.

Ante a disparidade significativa no tamanho e na riqueza das economias dos diferentes Estados-Membros da SADC, assim como na estrutura das suas economias — embora em menos grau —, a sua integração económica remete-nos para a necessidade de *catching up* das economias mais pobres, sem prejuízo para o processo de *catching up* também das economias mais ricas da região em relação às

economias mais ricas do mundo. Isso significa que as exigências de desempenho de cada uma das economias, para o efeito, serão diferentes, de modo que o estabelecimento de níveis para indicadores económicos seleccionados como critério de Convergência Macroeconómica — designadamente taxa de inflação anual, saldo fiscal, *stock* da dívida pública, saldo da conta corrente da balança de pagamentos, meses de cobertura das importações das reservas cambiais e taxa anual de crescimento real do PIB — apresenta-se como um constrangimento. Então, para o caso, o que parece recomendável é a exigência de necessidade de estabilidade macroeconómica, incluindo a sustentabilidade da dívida pública avaliada nos termos discutidos no Apêndice II, reservando-se os critérios de Convergência Macroeconómica, nos termos actualmente estabelecidos, para uma fase em que a região esteja efectivamente integrada ou que as disparidades tenham diminuído significativamente, tornando tal integração compatível com um Zona Monetária.

O reduzido e lento progresso evidenciado em termos da integração económica e da convergência macroeconómica da SADC pode ser atribuído, entre outros factores, ao também pouco progresso alcançado na complementaridade das economias dos seus Estados-Membros, como pode ser aferido pela moderada alteração da estrutura da maior parte das economias — grandemente dependentes dos subsectores da Agricultura, Silvicultura e Pescas, Indústria Extractiva e Comércio —, o que, consequentemente, se reflecte também no quase inalterado nível baixo do comércio intra-regional. Assim é que, por exemplo, no ano de 2022, conforme a estrutura sectorial do PIB que consta na Tabela 8, excluindo o subsector do Comércio e Serviços Diversos para o qual apenas um Estado-Membro (Lesotho) não foi dos três maiores contribuintes para o respectivo PIB. Os restantes três subsectores que foram dos três maiores contribuintes do PIB dos Estados-Membros foram o da Indústria Mineira (6), o da Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas (6) e o da Intermediação Financeira e Imobiliário (5). E apenas um Estado-Membro (Angola) teve na Indústria Mineira e na Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas dois dos maiores contribuintes do seu PIB, assim como apenas dois Estados-Membros (Eswatini e Lesotho) tiveram na Indústria Transformadora — o subsector que se tornou prioridade na estratégia de integração — um dos seus três maiores contribuintes do seu PIB.

As cinco economias que se apresentaram como as mais ricas da SADC em 2022, conforme avaliado pelo nível do PIB *per capita* (cf. a Tabela 4), são as Seicheles, as Maurícias, o Botswana, a África do Sul e a Namíbia. Por outro lado, Seicheles, Maurícias e África do Sul figuram também entre os cinco Estados-Membros que tiveram na Intermediação Financeira e Imobiliário um dos três subsectores que mais contribuíram para o seu PIB, sendo que dois destes (África do Sul e Maurícias), aos quais se junta o Lesotho (um dos cinco com contribuição relevante da Intermediação Financeira e Imobiliário), tiveram uma contribuição do PIB de dois dígitos da Indústria Transformadora. Isso parece indicar que esses Estados-Membros estarão a mover-se em direcção a uma maior diversificação das suas economias, tanto afastando-se da significativa dependência do sector primário (Seicheles e Maurícias) ou extractivo (África do Sul) como aproximando-se mais de sectores de serviços financeiros e afins e de tecnologias de informação e comunicação (África do Sul e Maurícias)

Tabela 8: Composição sectorial do PIB dos Estados-Membros da SADC, 2022

Estados-Membros	Agricultura, silvicultura, caça e pesca	Indústria mineira	Indústria transformadora	Electricidade, gás, água	Construção	Comércio e serviços diversos	Intermediação financeira e imobiliário	Outros	PIB a custo dos factores
Angola	13,6	30,6	7,4	0,7	6,1	27,3	9,4	4,8	100,0
Botswana	1,9	21,4	5,7	1,3	11,0	19,7	9,6	29,4	100,0
Comoros	38,1	0,8	7,1	0,3	1,3	26,4	18,5	7,5	100,0
R.D. Congo	0,8	47,0	9,8	0,7	2,1	21,1	4,3	14,3	100,0
Eswatini	9,0	0,3	29,4	2,2	3,2	25,0	10,0	20,8	100,0
Lesotho	7,1	8,7	17,8	5,2	3,0	14,0	16,7	27,5	100,0
Madagascar*	24,5	4,7	10,1	0,8	7,5	23,0	10,6	18,9	100,0
Malawi	29,4	0,7	11,4	2,6	3,3	23,6	12,9	16,1	100,0
Mauritius	4,1	0,4	13,6	1,6	5,2	27,3	19,0	28,8	100,0
Moçambique	29,7	11,6	9,4	2,9	1,4	20,9	8,1	16,0	100,0
Namibia	9,3	13,3	12,1	3,4	1,6	18,8	13,1	28,5	100,0
Seicheles	3,0	-	7,9	4,1	3,3	31,9	22,0	27,7	100,0
África do Sul	3,2	8,1	13,7	3,2	2,5	21,1	23,3	24,9	100,0
Tanzania	28,4	9,8	7,7	0,7	15,2	18,7	6,6	12,9	100,0
Zambia	3,6	13,5	8,5	2,1	11,4	38,4	9,9	12,7	100,0
Zimbabwe	10,1	13,3	12,6	2,6	5,1	30,7	12,8	13,0	100,0
Média simples	13,5	11,5	11,5	2,2	5,2	24,2	12,9	19,0	100,0

os-Membros da SADC, 2022

Com a visão ora apresentada sobre os determinantes plausíveis do crescimento económico sustentado, há a relevar que a África do Sul e a Namíbia, conforme referido, terão beneficiado de instituições eventualmente inclusivas estabelecidas pelas minorias brancas para si mesmas, no processo de estabelecimento de colónias de povoamento, cujos respectivos Estados se tornaram inicialmente independentes dos respectivos Estados metropolitanos.

No caso do Botswana, é dos poucos países da África Subsariana apontado como um caso de sucesso. Além dos factores de sucesso apontados por Acemoglu *et al.* (2003), conforme citado por Beaulier (2004?) — como sendo “(i) instituições pré-coloniais relativamente inclusivas, impondo restrições às elites políticas, (ii) efeito mínimo do colonialismo britânico no Botswana que não destruiu instituições pré-coloniais inclusivas, (iii) interesse da elite, após a independência, na manutenção e o fortalecimento da instituição da propriedade privada, (iv) ser país rico em diamantes, que proporcionou rendas suficientes que desincentivou que algum grupo desafiasse o *status quo* e (v) decisões críticas tomadas pelos líderes pós-independência, particularmente pelos Presidentes Khama e Masire” —, este revela sobretudo as “boas escolhas de políticas pós-independência”.

As Maurícias são também tidas como outro exemplo de sucesso, que passou de uma economia dependente da cana-de-açúcar, por altura da independência, em 1968, para uma economia diversificada hoje. Nesse período o seu PIB *per capita* passou dos cerca de USD 260,00 para USD 10.178,00, em 2022, de tal modo que evoluiu de país de baixo rendimento para país de rendimento médio alto. Sustenta-se que tal sucesso se terá devido, fundamentalmente, à estabilidade política e qualidade das instituições, à estabilidade macroeconómica e a uma estratégia económica orientada para as exportações, não obstante avaliar-se que nos últimos anos a economia do país tenha dado mostras de ter caído na “armadilha do rendimento médio” (Tandrayen-Ragoobur *et al.*, 2018).

No caso das Seicheles, por altura da independência, em 1976, o país era pobre — com um PIB *per capita* de USD 814,50 — e grande disparidade na distribuição dos rendimentos e da riqueza. Com um regime político de partido único estabelecido pouco depois da independência, na sequência de um golpe de Estado, o país estabeleceu um sistema de economia centralizada, com base no qual o Estado despendeu recursos importantes, inclusive na garantia da gratuitidade do ensino e da saúde, assim como em infra-estruturas, o que lhe permitiu ter níveis de crescimento apreciáveis, embora com considerável concentração nos sectores do turismo e das pescas. Isso possibilitou que, pelos anos 2000, o país atingisse o nível de rendimento médio-alto. Entretanto, como as despesas eram financiadas, para além dos impostos, com substancial endividamento, uma crise, entre 2006 e 2007, levou a que o Estado entrasse em *default*, vendo-se o governo forçado a acordar um programa com o FMI em 2008 (Charlier, 2016). A implementação desse programa permitiu abertura para a economia de mercado, embora ainda com um papel substancial do Estado. O sucesso na implementação do programa de reformas com apoio financeiro do FMI relançou a economia, de tal modo que em 2015 já fazia parte dos países de rendimento elevado. Contudo, embora a economia se tivesse diversificado, sobretudo com o aumento da contribuição da Indústria Transformadora e da Intermediação Financeira e Imobiliário — em detrimento da Agricultura e Pescas —, a economia mantém ainda elevada vulnerabilidade a choques externos pelo ainda grande peso do Turismo, além da susceptibilidade a eventos climáticos (UNDP, 2016).

Entretanto, apresenta uma elevada estabilidade política, liberdade de imprensa e baixa corrupção.

Então, existem na SADC exemplos de abordagens de Estados-Membros que podem contribuir para a resolução dos problemas identificados pela organização como constringendo um maior progresso no processo de integração, que são as limitadas capacidades de produção e de comércio eficaz e competitivo. Dois desses casos — Botswana e Maurícias — são tidos como eventualmente os únicos de sucesso na África Subsariana. E, conforme se pode perceber, tais abordagens contemplam os determinantes plausíveis do crescimento económico sustentado ora identificados, assim como a abertura ao comércio internacional tendencialmente livre.

Entretanto, a SADC enfrenta também o desafio da mobilização dos recursos financeiros necessários para a implementação da sua agenda de integração, de tal modo que considera que ter um fluxo fiável, previsível e constante de recursos financeiros é dos principais pré-requisitos para uma implementação bem-sucedida e sustentável do RISDP 2020–2030 (SADC, 2022).

5.Aspectos relevantes para a melhoria do processo de integração económica e do engajamento de Angola

Uma vez que a paz, segurança e boa governação foram estabelecidas como fundações para os três pilares do RISDP 2020–2030, a saber desenvolvimento industrial e integração do mercado, desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à integração regional e desenvolvimento do capital humano e social, assim como das questões transversais de género, juventude, ambiente e alterações climáticas e gestão de riscos de desastres, torna-se importante assegurar a harmonização das instituições tendo em conta as melhores práticas e experiências de sucesso regionais e extra-regionais. Isso na perspectiva de, no âmbito da governação, assegurar instituições de natureza inclusivas, conforme discutido.

O desenvolvimento industrial pretendido deve ser alavancado sobre as vantagens comparativas potenciais dos Estados-Membros, de modo a aumentar a complementaridade das suas economias, assim como assegurar a sua participação eficiente e eficaz na constituição de cadeias de valor regionais e globais, para atender o mercado comunitário e extracomunitário. E, para o efeito, é fundamental que a organização decida, definitivamente, sobre a múltipla filiação dos 11 Estados-Membros noutras três CER de modo que se avance rapidamente para a constituição do Mercado Comum, o que deverá passar pela formação da União Aduaneira por via do alargamento da SACU. Em suporte a isso, será requerido o investimento em infra-estruturas regionais habilitantes, assim como assegurar a livre circulação dos factores de produção. Com isso, caberá a cada Estado-Membro garantir os investimentos requeridos nas infra-estruturas domésticas e no capital humano capazes de transformar as suas vantagens comparativas intra-regionais em vantagens efectivas, capacitando-se assim a atrair os investimentos requeridos. E espera-se que cada Estado-Membro privilegie trocas comerciais mais intensas com os Estados-Membros que se situem em patamares mais elevados da “escada das vantagens comparativas” ou com Estados extracomunitários, quando aqueles não existam para si na região. Os incentivos nacionais requeridos ao desenvolvimento das actividades económicas sobre as quais os Estados-Membros tenham vantagem comparativa potencial, no quadro da União Aduaneira ou do Mercado Comum, assim como os requeridos para o desenvolvimento de cadeias produtivas regionais em função de vantagens potenciais da região em relação ao mundo, devem privilegiar as actividades-alvo, de modo a minimizar distorções. Assim é que subsídios à produção tenderão a ser mais vantajosos em relação a tarifas sobre importações.

Tendo em atenção as dificuldades em assegurar o financiamento dos investimentos em infra-estruturas regionais, a SADC deveria apostar, seriamente, nas Parcerias Público-Privadas, para as quais deveria constituir um fundo regional específico. Por outro lado, conviria otimizar o levantamento de recursos de instituições financeiras multilaterais e no mercado, neste último caso buscando o máximo de garantias possíveis das instituições financeiras multilaterais.

A perspectiva de liberalização da circulação dos factores de produção demanda a harmonização de políticas, legislação, regulamentos e normas e procedimentos relacionados com o desenvolvimento de actividades económicas e o ambiente de negócios, incluindo o funcionamento do sistema financeiro e dos mercados financeiros, assim como as qualificações dos recursos humanos e a certificação da sua formação.

Tendo Angola dos mais baixos níveis de integração, espera-se que revele um maior engajamento para a alteração do quadro. Devem fazer parte desse engajamento: desafilarse da CEEAC; a adesão imediata à ZCL; e integrar o SADC-RTGS.

A manutenção por Angola da sua filiação à CEEAC é percebida como sendo por preocupações de segurança. Então, no quadro das fundações dos pilares do RISDP 2020–2030 — paz, segurança e boa governação —, a prevenção dos riscos de alastramento dos focos de instabilidade da África Central deve ser tratada no âmbito comunitário, buscando-se acordos da SADC com os países fronteiriços da região e com as CER a que pertençam tais países.

Quanto à procrastinação na adesão à ZCL mesmo depois do fim da guerra civil, tem sido argumentada como mecanismo de protecção da economia do país, pois entende-se ser necessário que este assegure, primeiro, um certo nível de diversificação e desenvolvimento da sua economia — sobretudo de industrialização —, dada a desarticulação que a mesma sofreu durante a guerra terminada em 2002. Contudo, de modo a assegurar a construção de uma economia competitiva, Angola precisa de se submeter à concorrência regional e não só. Então, a promoção do desenvolvimento da economia interna — no que se inclui a industrialização — deve ser feita com o máximo de liberdade possível do comércio externo, pelo que as medidas de protecção serão as menos distorcidas possível do mesmo. Isso significa privilegiar-se a subsídição das actividades económicas internas, em vez da imposição de tarifas sobre as importações — que oneram os consumidores —, para desonerar os produtores dos custos decorrentes de falhas das políticas públicas, até que a produção equivalha em qualidade e preço aos produtos importados, ao mesmo tempo que se evita que sejam todos os consumidores a suportar.

É então importante que Angola procure intensificar as suas trocas comerciais com os países da SADC e sobretudo com a África do Sul, que é a economia líder da região, cuja dimensão é cerca de 3,5 vezes a de Angola e o PIB *per capita* cerca 2,5 vezes o angolano, na perspectiva de emular a África do Sul.

Em face de elevado nível de pobreza, engendrado pelo elevado nível de desemprego e elevado nível de emprego informal, como decorrência de níveis de investimento insuficientes e de um baixo nível do capital humano, que influencia negativamente na empregabilidade da força de trabalho activa, Angola deveria apostar em actividades económicas de pouco exigentes em termos de qualificação de mão-de-obra, como a agricultura extensiva e a indústria transformadora ligeira, ao mesmo tempo que investiria na formação técnica qualificada e investigação básica e aplicada, de modo a atrair investimentos da região dos países mais avançados — como é o caso da África do Sul — e assegurar, no futuro, a aumento da produtividade e competitividade da sua economia, subindo a escada das vantagens comparativas, o que significa uma alteração para melhor

da sua participação na cadeia de valor regional e não só. E isso está em linha com a perspectiva do Mapa de Industrialização da SADC 2015–2063 de as economias da SADC ultrapassarem os seus constrangimentos de desenvolvimento, passando progressivamente de uma economia assente nos factores para economia baseada no investimento e subsequentemente na eficiência e finalmente “para a trajectória de alto crescimento impulsionada pelo conhecimento, inovação e sofisticação dos negócios” (SADC, 2015)

Bibliografia

- Harrod, R. F. (1948). *Towards a Dynamic Economics*. Londres: Macmillan, 1948 e Domar, E.D. (1957), *Essays in the theory of Economic Growth*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1957.
- Solow, R. Robert (1956). [*A Contribution to the Theory of Economic Growth*](#), *The Quarterly Journal of Economics*, President and Fellows of Harvard College, vol. 70(1), pp. 65–94, 1956.
- Romer, Paul M. (1990). *Endogenous Technological Change*, *Journal of Political Economy*, 1990, vol. 98, n.º 5, [S71-S102].
- Neto Costa, M. (1997). *Angola: perspectives of economic policies for growth and development in the context of a regional integration within the Southern Africa Development Community (SADC)*, Term Paper, Columbia University, 1997.
- Acemoglu, D., Johnson, S., and Robinson, J. (2003). *An African Success Story: Botswana*. In D. Rodrik's (ed.) *In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth*, Princeton, NJ: Princeton University Press: 80–119.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson and James Robinson (2004). *Institutions and the Fundamental Cause of Long-run Growth*. Working Paper 10481, <http://www.nber.org/papers/w10481>, National Bureau of Economic Research 1050, Massachusetts Avenue^[1]Cambridge, MA 02138^[1]May 2004.
- Beaulier, Scott (2004?) *Explaining Botswana's Success: The Critical Role of Post-Colonial Policy*, Working paper 41, Mercatus Centre, George Mason University, 2004(?).
- Rossouw, J. (2006). *South Africa's role in macroeconomic convergence in SADC*. SARB conference 2006. SARB, Pretoria, South Africa.
- Zyuulu, I. (2009). *Convergence in SADC and African economic integration process: Prospects and statistical issues*. IFC Bulletin n.º 32, 2009.
- Kumo, Wolassa L. (2011). *Growth and Macroeconomic Convergence in Southern Africa*, Series n.º 130, African Development Bank, Tunes, Tunísia.
- SADC (2015). *Industrialization Strategy and Roadmap 2015–2063*, Abril 2015.
- Charlier, Florence (2016). *Seychelles Country Case Study (FY07–15): Enhancing Competitiveness and Private Sector Development*, Independent Evaluation Group Working Paper 2016, The World Bank Group, 2016.
- Pimenta, Fernando T. (2017). *O Colonialismo Demográfico Português em Angola: Historiografia, Identidade e Memória*, *Revista de Teoria da História*. Volume 17, Número 1, Julho de 2017, Universidade Federal de Goiás.
- SADC (2017). *Summary of the SADC Revised Regional Indicative Strategic Development Plan 2015–2020, Gaborone, Botswana, 2017*, p. II.
- Tandrayen-Ragoobur, Verena, e Kasseeah, Harshana (2018). *Mauritius' Economic Success Uncovered*, Department of Economics and Statistics, University of Mauritius, Reduit, 2018.
- SADC (2019). *Status of Integration in the Southern African Development Community (SADC)*, Gaborone, Botswana, 2019.
- SADC (2020:1). *Visão 2050 da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)*, Gaborone, Botswana, 2020.
- SADC (2020:2). *Southern African Development Community (SADC), Regional Indicative Strategic Development Plan (RISDP) 2020–2030*, Gaborone, Botswana, 2020, p. 9.
- African Development Bank, African Union Commission, Secretariat of the United Nations Economic Commission for Africa (2020). *Africa Regional Integration Index 2019*, 2020.

UNDP (2021). *Empowering the Private Sector to Diversify Seychelles' Economy*. Discussion Paper, November 2021.

SADC (2022). *Macroeconomic Statistical Yearbook 2022*.

Neto Costa, M. (2022). *Angola 1975–2020: um percurso de empobrecimento e o eventual caminho para a prosperidade*, Lisbon International Press, Março 2022.